

FORMAÇÃO CONTINUADA EM LÍNGUA PORTUGUESA
ROTEIRO DE ATIVIDADES

2º SÉRIE

4º BIMESTRE

AUTORIA

ELIZABETE VIEIRA AMORIM

Rio de Janeiro

2012

TEXTO GERADOR I

Raça e pobreza no Brasil – a rationale dos estudos de desigualdade racial

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães Departamento de Sociologia da USP

Antes de tudo, quero agradecer ao convite de Eunice Duhran e do NUPES para participar desta mesa. Para mim, é uma oportunidade ímpar porque é a primeira vez que eu venho discutir ideias sobre a educação superior do país com um grupo de especialistas. É uma grande oportunidade para alguém como eu que, por dever de cidadania, tenho me metido a dar opiniões e a assumir posições políticas sobre ações afirmativas no Brasil, sem ser especialista ou estudioso da educação e do sistema de ensino superior do país. Essa será a ocasião para uma frutífera troca de idéias e de informações. Quando recebi o convite para fazer uma fala sobre “Raça e Pobreza no Brasil”, minha primeira reação foi dizer pra mim mesmo: convidaram a pessoa errada. Porque os estudos sobre a pobreza no Brasil e a relação entre pobreza e grupos de cor se transformaram nos últimos anos numa especialidade das Ciências Sociais, da Sociologia e da Economia.

(...)

Então eu fiquei me sentindo pouco à vontade: o que eu vou falar sobre raça e pobreza no Brasil? Só comecei a ficar mais aliviado quando me pus a pensar sobre o que queria convencer as pessoas se eu projetasse dados estatísticos sobre a relação entre raça e pobreza no Brasil. Certamente, estaria tentando me opor a algumas ideias consensuais. Que idéias consensuais eram essas? E, afinal de contas, para que esses estudos são feitos? Então tomei uma decisão: vou falar sem projetar dados, mas dizendo exatamente o que os dados tentariam mostrar, ou demonstrar, e contra que ideias eles estariam se opondo. Para fazer isso, talvez a gente deva começar pensando sobre as representações, ou as constelações de interesses e valores, a respeito dos negros no Brasil. Que representações sobre o negro foram formadas no Brasil? Falo em constelações porque a gente pode pensar em, pelo menos, dois sistemas de representações, nos tempos modernos, quer dizer, no século XX, contra os quais os dados

produzidos por esses estudos de desigualdades raciais, e sobre a relação entre raça e pobreza, querem justamente se por. A primeira constelação, o primeiro grupo de representações, foi muito presente no Brasil durante a Primeira República, mas perdurou até os anos 1940 e é composta de alguns consensos. O primeiro deles é da inexistência de uma linha de cor no Brasil. Eu me lembro de um texto do Paulo Duarte (1947), que foi muito discutido na época, aliás uma série de dois artigos que Duarte publicou no Estado de São Paulo em 1947, nos quais ele argumenta basicamente o seguinte: no Brasil não há linha de cor porque aqui uma gota de sangue branco faz de alguém branco. Seria justamente o oposto do que aconteceria nos Estados Unidos. Eu queria chamar atenção para essa ideia de Duarte, porque ela pressupõe uma classificação racial e biológica. Na verdade, é a ideia de raça americana, aquela ideia de grupo de descendência, por transmissão hereditária que está por trás dessa ideia. Como aqui, se uma pessoa tem sangue branco e uma série de outros componentes sociais, ela é aceita como branco, então aqui não existe linha de cor. Essa é a ideia verbalizada por Duarte. A segunda ideia, também muito clara no texto do Paulo Duarte, mas que talvez se encontre mais bem expressa por Nabuco, pelos abolicionistas, etc., é uma ideia que pode ser resumida da seguinte maneira: a massa negra desse país está mergulhada numa situação moral e intelectual a mais deplorável, ou seja, está submersa em vícios, em doenças, em ignorância, em superstições.

(...)

Nessa nova constelação, as ideias principais são as seguintes: primeiro, não existem raças no Brasil, existem cores, existem grupos de cor; a nossa categoria chave, realmente nativa, de classificação é a cor e não a raça. Essa ideia, que é uma continuação das ideias de Paulo Duarte sobre o “preconceito pessoal”, Oracy Nogueira (1954) brilhantemente sistematiza como “preconceito de marca”, por contraste ao “preconceito de origem”, vigente nos Estados Unidos. Marvin Harris (1964), no mesmo diapasão, vai argumentar que se trata de um sistema de classificação por aparências, por fenótipos, ao contrário do sistema de classificação por genótipos, ou por grupos de descendência. Qualquer que seja a formulação, a ideia central é essa: não existem grupos de descendência formados no Brasil a partir da

ideia de raça. Thales de Azevedo (1953) e outros vão refinar esta percepção dizendo que não somente não existem grupos de descendência traçados em termos da ideia de raça, mas a própria ideia nativa de cor é mais do que um sistema de classificação baseada em fenótipos, porque certos traços sociais e culturais influenciam na definição de cor. Thales de Azevedo fala, por exemplo, em “boa educação” em duplo sentido, tanto como educação formal, quanto como boas maneiras.

(...)

Se esses estudos sobre relações raciais feitos por nós, cientistas sociais, nos anos 1950 e 1960, tiveram uma audiência muito maior do que a academia, é porque, de certo modo, eles formaram uma ideologia para o Brasil, eles foram totalmente funcionais, se vocês quiserem assim, com o nosso projeto político-institucional daquele período. Pois bem, os estudos de desigualdades raciais vão inaugurar também, através da academia, uma outra fase, totalmente diferente. O que é que esses estudos dizem basicamente? Eles dizem em primeiro lugar que sim, existe linha de cor no Brasil. A primeira conclusão desses estudos é que existe, sim, uma linha de cor no Brasil. Se tomarmos os dados agregados do IBGE de 1972 até qualquer hora, até hoje, existe nitidamente um corte, uma clivagem entre

brancos e pardos e não há grandes clivagens, grandes diferenças entre pardos e pretos, de tal modo que é possível você traçar uma linha de cor em termos de posição social, em termos de oportunidades educacionais, em termos de distribuição de renda, em termos de atendimento de saúde, em termos de qualquer indicador social que se queira. Portanto, pode-se traçar no Brasil, a partir desses dados agregados, uma linha nítida que separa os

brancos dos pardos e pretos e que significa dizer que o movimento negro está totalmente correto em falar de “negros” como a soma de “pardos” e “pretos”. Este é o primeiro choque que esses estudos provocam.

O segundo choque é dizer que a discriminação não é pessoal nem individual, mas é uma discriminação realmente institucionalizada na sociedade brasileira.

(Texto disponível em: www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Raca%20e%20pobreza.pdf)

ATIVIDADE DE LEITURA

QUESTÃO 1

“não existem raças no Brasil, existem cores”

Com um trecho do texto, comprove essa tese defendida pelo palestrante no terceiro parágrafo do texto gerador.

Habilidade trabalhada

Reconhecer a importância dos argumentos para a defesa e consistência dos pontos de vista defendidos.

Resposta comentada

Para esta questão, é interessante reapresentar a passagem integral do trecho para maior entendimento com as devidas passagens realçadas, conforme o exemplo abaixo, (ou sublinhadas no texto).

“(…) a nossa categoria chave, realmente nativa, de classificação é a cor e não a raça”.

Essa ideia, que é uma continuação das ideias de Paulo Duarte sobre o “*preconceito pessoal*”, Oracy Nogueira (1954) brilhantemente sistematiza como “*preconceito de marca*”, por contraste ao “*preconceito de origem*”, vigente nos Estados Unidos. Marvin Harris (1964), no mesmo diapasão, vai argumentar que se trata de um sistema de classificação por aparências, por fenótipos, ao contrário do sistema de classificação por genótipos, ou por grupos de descendência. Qualquer que seja a formulação, a ideia central é essa: não existem grupos de descendência formados no Brasil a partir da ideia de raça. Thales de Azevedo (1953) e outros vão refinar esta percepção dizendo que não somente não existem grupos de descendência traçados em termos da ideia de raça, mas a própria ideia nativa de cor é mais do que um sistema de classificação baseada em fenótipos, porque certos traços sociais e culturais influenciam na definição de cor.

Vale ainda destacar que a própria referência aos pensadores Paulo Duarte, Marvin Harris e Thales de Azevedo constitui um poderoso argumento de autoridade do qual o palestrante lança mão. Em outra passagem do texto, ele ainda tenta usar dados de pesquisa realizada pelo IBGE com o mesmo objetivo.

TEXTO GERADOR II

Debate Conferências de Evanildo Bechara e Malaca Casteleiro

Fac. Filologia, Univ. Santiago, 8 de Outubro de 2008, 12 h.

Evanildo Bechara: *É membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e doutor honoris causa pela Universidade de Coimbra. Professor Titular e Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), além de titular da cadeira nº 16 da Academia Brasileira de Filologia e da cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras.*

João Malaca Casteleiro: *É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras. É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979[1], (...) em 1988, assim como nos trabalhos que conduziram ao Acordo Ortográfico de 1990, firmado nesse ano, em Lisboa[4].*

Antonio Gil Hernandez: *É membro da Associação de Amizade Galiza-Portugal, das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, da Comissão Galega do Acordo Ortográfico e da Sociedad Española de Lingüística.*

José Luis Fontenla Rodrigues *É Presidente da Comissão Galega do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, Associação de Amizade Galiza e Portugal, das irmandades da fala da Galiza e Portugal e dos Círculos Republicanos.*

*Sugestão: *Uso do Dicionário*

Transcrição de trechos do debate nas Conferências de 8 de Outubro

Segunda-feira, 19 de Novembro de 2007 13:06

José Luís Rodrigues: *Bem, a mim foi-me atribuído o papel de moderador assim no último momento e em consequência não está previsto que eu realize perguntas, mas suponho que aqui o público, enquanto não aparecer o Ângelo Cristóvão, poderá fazer algumas perguntas até que o organizador nos diga a que hora terminamos. Eu lembro que são horas já bastante avançadas e especialmente sei que os hábitos portugueses, no sentido das refeições, não são como os de aqui, não? Então fazemos as perguntas até que nos digam o que fazemos. O professor Antonio Gil tem a palavra.*

António Gil: *Eu rogaria que o moderador perguntasse primeiro.*

José Luís Rodrigues: *Eu cedo primeiramente aos assistentes a este acto, eu dou-lhes a palavra primeiramente, se não houver ninguém então pergunto algo.*

Pergunta 1 (Xavier Vilhar Trilho): *Eu perguntaria aos professores como veem desde a sua perspectiva a falta da unidade ortográfica real das duas variantes principais do português, português de Portugal e o português do Brasil, tendo em conta que já há um acordo ortográfico.*

Evanildo Bechara: *O Professor Malaca Casteleiro fez parte da Comissão, de modo que eu acho que a pergunta pode ser contestada por ele.*

Responde Malaca Casteleiro: *Muito obrigado ao Professor Evanildo Bechara. Bom, realmente a questão ortográfica é uma longa guerra de cem anos, não é? Foi desencadeada em 1911. Foi uma declaração de guerra ortográfica, uma declaração, subjacente, indireta. Propriamente, porque Portugal nessa altura resolveu levar por diante uma grande reforma ortográfica sem ter procurado o consenso do Brasil. Ora, determinar uma ortografia é um ato de soberania de um país sobre a língua, é um ato político e, portanto, não devia nunca ter sido tomada essa decisão sem o outro grande país de língua portuguesa se ter pronunciado sobre essa mesma reforma. E aí começou o grande erro do lado português. É verdade que no Brasil tinha havido já em 1907 também alguma tentativa de reforma ortográfica. De qualquer*

modo não foi por diante, não foi oficializada. Ainda que concordante dos dois lados do Atlântico, não podia nunca ser levada por um país avante sem realmente o outro participar nessa decisão política, nesse ato de soberania como é determinar uma nova ortografia para a língua comum.

Portanto esse é o grande problema e depois não houve nunca realmente entendimento. Nós sabemos que em 1945 -como foi aqui lembrada, a convenção ortográfica de 1945- os negociadores portugueses, coordenados pelo professor Rebelo Gonçalves, um classicista que falava o Latim e o Grego, para quem eram as línguas ainda vivas e fundamentais, conseguiu convencer os colegas brasileiros para reintroduzirem na grafia brasileira as consoantes mudas. Já tinham suprimido e suprimiram-nas com certeza por razões de alfabetização. É muito mais difícil para uma criança aprender a escrever a palavra “óptimo”, com p do que escrevê-la sem p, “director” com c, “recepção” é com p mas “direcção” é com dois c. Portanto mesmo não há articulação comum do ponto de vista fônico, e do ponto de vista morfológico há ortografia diferente; “recepção” para os brasileiros, realmente, pronunciam “recepção”. Mas do ponto de vista da aprendizagem da grafia, portanto uma criança portuguesa que diga /recepção/ tem que por lá um pê, mas direcção tem que escrever lá mais um c. Ora bem, por razões de escolarização, de alfabetização com certeza que essas consoantes foram suprimidas.

(...)

Comentário de António Gil: *Um apontamento: No italiano a realidade é que não utilizam quase acentos. [Comentário do Professor Bechara: A não ser nos subtítulos] E o que acontece é que na Itália a unidade linguística era relativamente mínima no princípio da existência do estado italiano e não obstante agora na realidade é que o italiano se expandiu totalmente, pode dizer-se que é a única língua da nação e os dialetos estão em recessão total. Portanto...*

Resposta de Evanildo Bechara: É. Um linguista italiano dizia que antes do boom da televisão quando quatro ou cinco italianos se juntavam pelo menos três falavam dialetalmente, depois de 1960 essa estatística mudou consideravelmente. Porque nós temos é que fazer frente a que os nossos locutores tanto de rádio como de televisão que não sejam

escolhidos pela sua beleza física, mas que sejam promotores da boa pronúncia naquela região em que eles estão falando. Como antigamente os locutores no Rio de Janeiro passavam por um curso de locução, de prosódia, de ortoépia, para que pudessem agir como um elemento difusor da cultura, da língua naquela região.

(...)

Pergunta 2 (uma pessoa do público): *Só uma pergunta, no caso do Brasil, por exemplo, qual seria a boa pronúncia do português do Brasil, seria a do Sul, a do Rio de Janeiro, a do Pará, a do Amazonas, a de Pernambuco, a da Paraíba? Será que esse conceito de boa pronúncia no Brasil é um conceito político... muitas vezes...*

Resposta de Evanildo Bechara: *Não, pode haver até uma influência política mas eu responderia com uma frase de um linguista do XIX, um dinamarquês, Otto Jespersen, que dizia: «Cada pessoa culta é um clássico na sua língua» seja ele falante de Londres, seja ele falante de Liverpool, etc. Então nós nunca teremos a boa pronúncia, a boa pronúncia é a pronúncia de cada região. Qual é a boa pronúncia de Portugal? Se ele for lisboeta será a de Lisboa, se ele for de Coimbra será a coimbrã, se ele for carioca será a pronúncia carioca, se ele for paulista será a pronúncia paulista. Quer dizer, não existe a boa pronúncia e isso é uma, é um fantasma que dominava a filosofia dos estudos linguísticos quando se via a língua como um produto natural que nascia, crescia e evoluía independente da vontade do homem. E hoje não, hoje a língua é vista como um produto social, não é? O Sapir diz que nós só falamos porque nascemos no regaço de uma sociedade. Então isso significa que cada região é a sua pronúncia, é o conceito de norma. O que é norma? Antigamente se imaginava “norma” como uma... alguma coisa unitária e uniforme. Hoje norma é o que é normal em cada região, a norma é o que é normal, fixada por uma tradição. De modo que, antigamente por exemplo, no Brasil havia essa ideia de que a melhor pronúncia era a do Pará porque no Pará nós tivemos uma maior influência portuguesa. E isso não existe. Não existe na França, qual é a melhor pronúncia francesa? Não existe. Não, é a pronúncia de cada região, já que a língua é um fenômeno exclusivamente social, histórico-social.*

Malaca Casteleiro: Houve em 1986 uma tal reação em Portugal [...] que era impossível.

Evanildo Bechara: É o que eu digo, é a mudança da filosofia que preside à unificação ortográfica. Eu não proponho a abolição dos acentos. O que eu proponho é uma racionalização dos acentos onde tenham uma influência só de sílaba tônica, não de timbre, se aberta ou fechada, como faz por exemplo o espanhol. O espanhol teve mais sorte do que nós porque o espanhol só trabalha com cinco vogais. Eles não têm essa oposição /e/ /ê/ como nós temos, /o/ /ô/, porque eles ditongam as vogais breves. Mas de qualquer maneira nós temos que mudar a filosofia do emprego dos acentos. Se nós chegamos a uma filosofia de tal maneira que o acento marque a sílaba tônica, seja de timbre aberto ou fechado, mas marque a sílaba tônica e não generalizar o acento para todos os casos, nós chegaremos a isso. Numa página de Machado de Assis de 1896 ou 1900, se nós contarmos o emprego dos acentos, nós temos aproximadamente quatro ou cinco palavras acentuadas. Se verificarmos a mesma página num texto impresso depois das reformas ortográficas, aqueles quatro ou cinco acentos são duplicados ou triplicados. Essa é a presença do acento num texto moderno, de modo que o que o que nós devemos fazer é chegarmos a um denominador comum. Há um trabalho de um professor publicado num órgão da imprensa lisboeta onde ele pegou o vocabulário fundamental, são duas mil e tantas palavras. E ele verificou que a coincidência de acentuação entre Brasil e Portugal chega a 90%, quer para o emprego do acento agudo, quer para o acento circunflexo. De modo que a mudança de filosofia é procurar uma racionalização para esses 10% que contrariam a pronúncia, o uso do acento agudo ou do acento circunflexo entre Brasil e Portugal e o resto da Lusofonia. Quer dizer, o nosso problema de acentuação está nesses 10% que mostram uma divergência entre o emprego do acento. Nós teríamos que partir de aí, qual é a solução eu não sei, porque eu não estudei o problema, mas somos suficientemente, não digo inteligentes mas preparados, para chegarmos à solução desses 10%, porque os 90% já foram resolvidos por essa tradição ortográfica. De modo que por isso é que eu acho que o Brasil não devia entrar logo com o Acordo fixado. Por que? Porque se nós estudarmos mais a filosofia da ortografia nós poderemos chegar de aqui a um ano, dois anos, a um sistema que atendesse a todas as componentes da Lusofonia.

José Luís Rodrigues: Bom, então se não houver mais perguntas, tendo em conta já que é uma hora um pouco avançada, encerramos o ato. Mas quero-o fazer; agradecendo muitíssimo a presença dos quatro oradores tanto do colega de tantas lutas passadas, o Professor Martinho Montero Santalha, quase coetâneo meu, como da amiga, minha antiga professora que hoje é colega e amiga, Professora Maria do Carmo Henriques, como especialmente aos nossos convidados e representantes das academias e das universidades de Portugal e do Brasil, que estou certo voltarão muitas vezes mais a esta universidade porque esta universidade tem necessidade de escutar sempre a sua palavra sábia. E estou seguro disso. Muito obrigado a todos.

Leia o debate na íntegra em:

<http://academiagalega.org/conferencias-pro-academia/debate.html>